

CORRESPONDÊNCIA DE CABRAL COM BANDEIRA E DRUMMOND.

Flora Süssekind (organização, apresentação e notas).

[Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Casa de Rui
Barbosa, 2001, 319 p.]

*Todas as transformações/ todos os imprevistos/
se davam sem o meu consentimento.
(João Cabral de Melo Neto, "Poema deserto":
in Pedra do sono. 1940-41)*

As cartas trocadas entre João Cabral de Melo Neto (1920-1999) e Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), antes da vinda de Cabral para o Rio em 1942, falam em surdina acerca das pretensões de um jovem aspirante a poeta, ainda inédito, e da recalcitrância do bardo mineiro, com três livros publicados, em lidar com o potencial de seu incondicional, mas arrojado admirador.

Já a correspondência mantida entre Cabral e o primo Manuel Bandeira (1886-1968), nos anos felizes (1947-51) em que o primeiro serviu como cônsul em Barcelona e Londres, a despeito dos diferenciais de idade, de bagagem, de ressonância, oferece pistas curiosas a respeito do universo cultural em que estavam imersos no pós-guerra e início da Guerra Fria.

No exterior, Cabral procurava compensar o ramerrão de seu cotidiano funcional por meio do trabalho criativo e dos experimentos na prensa manual recém-adquirida; no Rio, Bandeira, cioso de seu *status* de acadêmico (eleito em 1940), se movimenta soberano em meio às rivalidades e igrejinhas do *establishment* literário, repudiado por alas da esquerda como anticomunista,

contestado pelos emergentes da geração de 45, cortejado pelos camaradas modernistas consagrados.

A sintonia entre parceiros tão assimétricos foi se apurando no passo dos acertos em torno da edição artesanal dos deliciosos versos onomásticos de Bandeira (*Mafuá do malungo*) pelo selo cabralino, na mesma época em que o novato Cabral estava modelando e testando uma dicção autoral cujos feitos foram o ensaio “[Joan] Miró” e o poema “O cão sem plumas” (ambos de 1950).

Brasão descorado

A sina de Cabral está prenunciada às avessas no nome que lhe deram em homenagem ao avô paterno João Cabral de Melo, advogado e juiz, decerto querendo augurar um roteiro de vida assumido tanto pelo pai, também bacharel em direito, pelo tio paterno, o juiz e desembargador João Cabral de Melo Filho, como por outros irmãos, advogados, políticos e magistrados. O futuro poeta nasceu pouco antes de ruir o fastígio material familiar. Em 1930, a perda do engenho e as perseguições políticas a seu pai determinaram o traslado do clã dos Melo para Recife, onde seus varões tentaram se reaprumar e fazer frente à derrocada patrimonial por meio de sinecuras (cartório paterno) e da reorientação profissional dos filhos para lugares prestigiosos de assessoria política, valendo-se do cabedal de relações de parentesco e amizade com brasões oligárquicos dos mais vistosos no âmbito estadual (famílias Carneiro Leão, Sousa Bandeira, Freyre etc.)

Cabral foi talvez quem mais se ressentiu dessa conjuntura de falência econômica e social, demorando alguns anos até que pudesse tomar um rumo profissional

definitivo. A interrupção dos estudos após concluir o secundário no colégio marista – motivada, em parte, por uma dor de cabeça crônica, sintoma de agudo desconforto que seu corpo iria processar por várias manifestações daí em diante – sinaliza sua dificuldade de ajuste perante o novo quadro de sobrevivência familiar.

A decisão inusitada, para um rapaz de sua condição, de não ingressar em curso superior e de se cultivar em regime autodidata, a qual desemboca no anseio de virar poeta, se viabiliza com a viagem para o Rio, com a obtenção de um cargo público, em 1943, e no ano seguinte com o ingresso por concurso na carreira diplomática. Tais esquisitices repercutiram em sua formação, a começar pela falta de um grupo de amigos da mesma idade, com os quais pudesse partilhar afeições, ideais e decepções, passando pela inclinação a eleger como modelos quase exclusivos escritores bem mais velhos, até sua dificuldade, tão evidente nas cartas, de captar as engrenagens do mundo intelectual.

O duplo existencial

Outro poeta-diplomata, Vinícius de Moraes (1913-1980), é um personagem onipresente nesse momento, podendo-se logo perceber o quanto Cabral era fascinado pelo amigo que lhe parecia a encarnação da liberdade existencial. Vinícius se comportava no cotidiano, no trabalho, na literatura, na afetividade, de maneira bem distinta da sua: boêmio, beberrão e comilão, rodeado de amigos, dom Juan assediado, o tempo todo envolvido pelas turbulências de uma agitada vida amorosa e conjugal; praticante convicto de uma poesia lírica *caliente* e objeto de elogio rasgado do público e da crítica. Na medida em que buscou res-

guardar seus avanços autorais adaptando-se, camaleônico, aos diferentes contextos em que desempenhava funções diplomáticas – estudando e escrevendo sobre cinema em Los Angeles, atuando como cronista na imprensa carioca –, Vinícius foi se tornando, aos olhos de Cabral, um símile de *alter ego*. Embora apreciasse a poesia derramada de Vinícius e se encantasse com as trapalhadas dele, Cabral pretendia sentar praça como antilírico e tocar sem sobressaltos um trem de vida de recém-casado com filhos.

Prós e contras do Itamaraty

A geração de escritores-diplomatas nascida entre 1910-1925 – na qual se incluem João Guimarães Rosa, Lauro Escorel, Antonio Houaiss, Maury Gurgel Valente, marido de Clarice Lispector – tentou dar continuidade a uma tradição intelectual que remontava às figuras de Nabuco e Oliveira Lima, incluindo polígrafos da República Velha, e mesmo autores modernistas (Ribeiro Couto, Raul Bopp, Teodomiro Tostes etc.) ainda ativos em serviço ao fim da década de 1940.

Até então, a maioria dos escritores atuantes como diplomatas de carreira buscava realizar uma atividade intelectual em gêneros que não colidissem com suas atribuições burocráticas: historiadores e críticos, como Hélio Lobo e Álvaro Lins, faziam história diplomática ou redigiam biografias de homens públicos (Rio Branco etc.); outros letrados (Luiz Avelino Gurgel do Amaral, Heitor Lyra, Gilberto Amado) confinavam suas veleidades aos diários de viagem ou ao memorialismo, desejosos de conciliar obra e emprego num esforço concatenado de autopromoção. Sem falar na legião de literatos bissextos e diletantes pertencentes

ao Itamaraty, entre eles Osório Dutra, cônsul-chefe em Barcelona, execrado por Bandeira, derrotado por Oliveira Vianna na eleição acadêmica de 1941, cujos versos, *noblesse oblige*, Cabral não pôde deixar de acolher em sua coleção artesanal. Ainda que Cabral tivesse optado pela diplomacia na expectativa de uma renda folgada, de certa estabilidade de emprego e, o que o atraía sobretudo, tempo disponível para escrever, foi bastante amargo o desfecho dessa fase probatória.

Cabral, Vinícius, Houaiss encontraram resistências ao intento de ajustar projetos intelectuais de fôlego às amarras de inserção na corporação burocrática, e tampouco lograram deixá-los a salvo de ressentimentos e intrigas. Cabral não podia sequer se dar ao luxo de agir como um “intelectual público”. à maneira de como costumavam atuar Bandeira ou Mário de Andrade, o que, aliás, motivou dura cobrança por parte de Drummond, incitando-o a colaborar com a imprensa, a manifestar-se sobre temas controversos, desafios aos quais se mostrava infenso tanto por estilo pessoal quanto, sobretudo, pelas censuras veladas que rondavam os passos dele e de seus pares com dupla lealdade de ofício.

As insinuações e rumores, no vespeiro do Itamaraty, restringiam as áreas e modalidades de atuação como intelectual, tal como ele mesmo alude em diversas passagens das cartas a Bandeira. Temia, por exemplo, divulgar seus versos sobre a Espanha em plena vigência do franquismo, com o qual o governo brasileiro mantinha relações amistosas. Nesse universo de policiamento difuso, a poesia era um dos escapes a que podia se dedicar sem se expor de imediato aos riscos da competição funcional, aberta ou mascarada, ou às

polêmicas desgastantes. Cabe ainda lembrar a diminuta produção de Cabral como prosador, se comparada à de Drummond e Bandeira, outro efeito palpável da política de mordaza a que se viram constrangidos os intelectuais dessa turma diplomática.

Apesar de tantas cautelas num ambiente carregado e que estava a exigir alinhamentos ideológicos simplistas, nada disso impediu que tamanho clima de rivalidades fermentasse alvos expiatórios. Em 1952, Cabral, Houaiss e outros diplomatas foram denunciados injustamente por colegas como militantes de esquerda, tendo sofrido processo administrativo cuja sentença colocou-os por um período de quase dois anos em regime de afastamento não remunerado. Conforme declarou mais tarde, a feitura do libelo poético *O Rio* (1953) fora motivada pelo seu empenho político em reabrir o caso. Por acórdão do Supremo Tribunal Federal, em 1954, foi anulado o inquérito e Cabral retomou sua posição funcional. Pouco a pouco, a mordaza foi-se transmutando numa poética de “duas águas”, para chamá-la com suas palavras, cindida entre o engajamento no social e a fatura do belo belo.

Arte de grão-senhor

As cartas de Cabral sinalizam procedimentos e significações visados pelo artista quando jovem, podendo-se transitar dos escritos ensaísticos aos inventos poéticos do período no intuito de aclarar motivações de aguçada sensibilidade social e política. Muito embora certa vertente crítica tenha adotado uma decifração formalista das obras de Cabral, como se pudesse prescindir por completo do contexto de sua concepção, ou então, como se fosse uma pecha seu desígnio deliberado de

denúncia, basta lembrar certas posturas suas, recorrentes nos mesmos ensaios hoje brandidos em chave estetizante, para nos darmos conta de quanto buscou uma comunicação poética atendida com os problemas de seu tempo (*Poesia e composição*, 1952). Como diz Manuel Bandeira, “O cão sem plumas” teria propiciado a Cabral mobilizar técnica e ímpetos intelectualistas em prol de seus sentimentos, ao converter sua experiência de vida em matéria artística de primeira.

O poema em questão mescla vivências pessoais sofridas à elaboração de magnífica vista acabrunhante da cidade de Recife, testemunho de uma história secular de apogeu e declínio em torno da exploração do açúcar. A fala do poeta avança no ritmo em câmara lenta com que flui o rio Capibaribe, numa profusão de tomadas chocantes, em cuja sequência os diferentes componentes dessa paisagem desoladora – ambientais, arquitetônicos, econômicos, sociais, culturais, gastronômicos etc. – são trazidos à baila, avivados por imagens que atçam os sentidos do leitor.

Trata-se de uma peroração ambivalente na qual se misturam sentimentos tortuosos, valores de estirpe e matizes de aprendiz politizado: orgulho de classe, certa insolência de enxergar as coisas de cima, de soslaio, com a abrangência de tirocínio dos maiores, com amplitude de tom e de vista, um bocado de empáfia indissociável das fumaças de nobreza familiar, a capacidade de colocar o dedo nas feridas, o retrato aturdido e atordoante de retirantes miseráveis. Essa enxurrada intragável de percepções e flagrantes vívidos, como que impulsionados por acicates desencontrados, impediu o poeta de apelar seja à autocomiseração, seja ao destape ingênuo do desmazelo.

O movimento das águas vai riscando marcas na paisagem, na vegetação, no casario, em cada um dos viventes desse lodo sinistro de entulhos, espécie de remoinho especular, em cuja matéria pegajosa cada um de nós se reconhece. Tudo se passa como se o itinerário dessa travessia didática ao longo do rio infestado de cloacas, imundo, pudesse clarear instantâneos de uma sociabilidade oligárquica imperecível – “de água de cântaro”, “dos palácios cariados”, “das árvores obesas” – em contraste com outras cenas aterradoras de indigência e rebaixamento – “como são os mendigos negros”, “de casas de lama”, “de ter a vida mastigada” –, uns e outros nomeados em traços arrepiantes, infundindo indícios de devastação às coisas e aos seres. Numa alusão cifrada, mas que me parece inequívoca, à obra de Gilberto Freyre, outro parente distante, “ditador intelectual desta boa província”, a única estrofe entre parênteses ironiza o otimismo dessa “terra de sociólogos” ventilado nas “salas de jantar”, em que “as grandes famílias espirituais” da cidade chocam “os ovos gordos de sua prosa”.

Paisagem medieval

O retrato cruel dessa Veneza equatorial extrai vigor de uma compaixão pelo espetáculo social completo, o vulgar e o comum em contiguidade com o elevado e o refinado, os molambentos ao lado dos bacharéis, os trabalhadores e os senhores, como peças de encaixe no tabuleiro cotidiano. Erige-se uma cena hiper-realista, que transita entre a espoliação e o privilégio, povoada pelos personagens de todas as condições sociais, e entranhada pelo reconhecimento de que ninguém está fora do lance, segundo lentes perceptivas por certo

inspiradas em modelos narrativos populares, de longínquas raízes em representações literárias e artísticas medievais, com as quais Cabral estava se familiarizando naquele transe de invenção e autodescoberta. Dito de enfiada, talvez se pudesse ler e apreciar “O cão sem plumas” à maneira de um grão-senhor feudal, como se fizesse parte da autoestima do ex-menino de engenho-poeta aceitar os que não são iguais a ele, ou atinar de que modos e por que razões ele se distingue dos demais, pelo trunfo de possuir um registro de apreensão em que “a vista do contraste aguça a alegria de viver”

Flora Süssekind está de parabéns pelo capricho na organização do volume, pelas notas esclarecedoras acerca dos personagens, obras e eventos mencionados, pela competente apresentação das fontes e protagonistas em contexto. Estendo as saudações à Nova Fronteira e à Fundação Casa de Rui Barbosa, pela teimosia em bancar a edição de obras de referência indispensáveis para a vida intelectual do país.¹

Sergio Miceli é professor de Sociologia na Universidade de São Paulo.

¹ MICELI, Sergio. Mordaça poética. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14.04.2001. Jornal de Resenhas, p. 1-2.

CATÁLOGO DA SÉRIE CORRESPONDÊNCIA DE MÁRIO DE ANDRADE: EDIÇÃO ELETRÔNICA.

Telê Ancona Lopez, Tatiana Maria Longo dos Santos, Marcos Antonio de Moraes.

[São Paulo: VITAE/ Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 2003]

Abril de 1968 é uma data-chave para o projeto de sistematização do acervo do escritor Mário de Andrade, composto de biblioteca, coleção de artes visuais, objetos etnográficos, manuscritos e vasta correspondência. No ano citado, todo esse material foi transferido ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, após negociações empreendidas pelos professores Antonio Candido e José Aderaldo Castello, este, na ocasião, diretor do Instituto. Até essa data, o espólio permanecia na rua Lopes Chaves, 546, Barra Funda paulistana, lugar para onde foram endereçadas cartas de dezenas de correspondentes de Mário, e de onde partiram tantas missivas para jovens escritores e velhos amigos.

Mário determinou, em uma carta-testamento, que a correspondência por ele recebida permanecesse lacrada durante 50 anos, a partir da data de sua morte, ocorrida em 1945. Dessa maneira, decorrido o tempo exigido pelo escritor, tempo de espera e curiosidade para os interessados na obra do criador de *Macunaíma* e na história do modernismo brasileiro, chega-se a 1995. As cartas, puderam, enfim, revelar-se. Uma nova etapa iniciou-se nessa trajetória marcada por datas e, em especial, por um itinerário caracterizado pelo empenho de pesquisadores, cujo principal objetivo foi, e ainda é, disponibilizar o acervo do correspondente contumaz à consulta pública.

7.796 documentos no arquivo Mário de Andrade constituem o conjunto, dividido em correspondência